



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024

1
2
3
4
5
6 Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, quarta-feira, às quatorze horas,
7 reuniu-se o Conselho Municipal de Educação de Camaragibe no auditório da Secretaria de Educação,
8 sob a Presidência de Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos. Registraram presença Maria Ieda
9 Nogueira, Jeanne Lopes Cabral, Aiza Arôxa Fernandes, Lígia Ramos Morses, Noêmia Epifânio da
10 Silva, Cíntia Carla do Nascimento da Silva - Titulares; Marcia Maria Alves e Silva, Sebastião Alves
11 Sobral Júnior, Ilma Gomes Ramos e Rosineide Cabral da Silva Souza - Suplentes. Justificaram a
12 ausência, Júlio Antão Venâncio Filho, Viviane de Bona e Josenilda Batista Alves. A presidente deu
13 início à reunião, solicitando a leitura da ata referente ao dia dezessete de abril de dois mil e vinte e
14 quatro, a qual foi aprovada. Solicitou à conselheira Jeanne Lopes Cabral, que acompanhou o
15 processo de seleção dos gestores, que relatasse o encerramento do mesmo. Questionou, sobre a
16 conclusão da avaliação dos candidatos, e com o término do processo se já saiu a emissão da
17 respectiva portaria. Jeanne Lopes Cabral informou que a portaria de nomeação ainda não foi
18 emitida, a portaria divulgada refere-se à finalização do processo de seleção, e uma portaria única de
19 nomeação será publicada posteriormente. Ela também mencionou que houveram três candidatas
20 que não foram aprovadas pois apresentaram planos incoerentes. Por exemplo, uma candidata
21 postulou-se para uma escola de Educação Infantil com um plano de ação totalmente voltado para o
22 Ensino Fundamental. A outra focou exclusivamente na inclusão, e uma terceira concentrou-se
23 demasiadamente no projeto político pedagógico, negligenciando o fato de que se tratava de um
24 plano de gestão. Esses três casos não alcançaram pontuação suficiente devido ao desvio do foco
25 principal. Não houve recursos contra o resultado, e também não poderia ter, pois o prazo para tal já
26 havia expirado. Ademais, ressaltou que existe material suficiente para desenvolver um programa de
27 formação continuada, o qual se espera ser conduzido por Viviane de Bona, que tem demonstrado
28 grande afinidade e interesse pela rede, além de possuir os apetrechos necessários para elaborar um
29 eficaz plano de formação para os gestores, conforme os objetivos da administração. Em seguida, a
30 conselheira Márcia Maria Alves e Silva corrigiu a informação anteriormente fornecida sobre o
31 número de candidatos não aprovados no processo de seleção de gestores, esclarecendo que foram
32 quatro candidatas não aprovadas. Posteriormente, Aiza Arôxa Fernandes indagou se todos os
33 gestores em exercício haviam participado do processo seletivo. Tanto a conselheira Jeanne Lopes
34 Cabral quanto Márcia Maria Alves e Silva esclareceram que não, detalhando as circunstâncias de
35 alguns gestores que não participaram da seleção. A conselheira Lígia Ramos de Morses questionou
36 sobre a possibilidade de redirecionamento dos candidatos para outras escolas. Em resposta, Jeanne
37 Lopes Cabral afirmou que tal medida não seria possível, justificando que o processo seletivo foi
38 estruturado de maneira específica, onde os candidatos escolhem a escola pela qual desejam
39 concorrer já no ato da inscrição. A Presidente Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos, prosseguindo
40 com sua palavra durante a comunicação do expediente, compartilhou sua perspectiva acerca do
41 processo seletivo futuro. Ela sugeriu que não se limite a inscrição a uma escola específica,
42 argumentando a necessidade de criar um banco de reserva de gestores. Tal reserva seria essencial
43 para suprir as vacâncias decorrentes de aposentadorias de gestores ou abertura de novas escolas.
44 Então é preferível que esse gestor esteja com o plano de gestão alinhado ao currículo e à proposta
45 pedagógica da rede municipal, capacitando-os a atuar em qualquer escola, sem restrição a uma
46 específica, e enfatizou que eles também devem possuir conhecimentos sólidos em prestação de

47 contas e gestão administrativa e pedagógica, aptos a atender desde a creche até o Ensino
48 Fundamental. A conselheira Lígia Ramos de Morses relatou que o Secretário de Educação, no dia 28
49 de fevereiro comprometeu-se em disponibilizar os Projetos Político Pedagógico (PPP) das escolas e
50 mencionou a existência de reserva. A Presidenta e alguns conselheiros discutiram que não
51 houveram muitas inscrições além da conta, observando que apenas quatro candidatos passaram do
52 total de gestores atuais. Em seguida, a conselheira Márcia Maria Alves e Silva esclareceu que, no
53 processo seletivo, havia a opção dos candidatos se inscreverem para qualquer escola de seu
54 interesse. Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos enfatizou que, apesar da divulgação adequada por
55 meio do edital, seria necessário um esclarecimento mais detalhado sobre aspectos como
56 remuneração e critérios que assegurem a alocação e permanência em uma escola específica. Ela
57 acrescentou que, para a futura seleção de coordenadores, esses critérios devem ser claramente
58 estabelecidos, pois, em sua opinião, a falta de clareza contribuiu para a redução no número de
59 candidatos. Concluiu afirmando que é essencial que o percurso profissional até a aposentadoria seja
60 transparente para os candidatos. A presidente prossegue com a segunda parte, que trata da
61 comunicação dos conselheiros, e a conselheira Jeanne Lopes Cabral inicia abordando a luta que
62 está sendo construir um novo plano de cargos e carreiras no qual a Secretaria de Educação almeja
63 ampliar a carga horária para 270 horas/aula. Sucessivamente, a conselheira Maria Ieda Nogueira
64 expressou sua preocupação com a ausência, até o presente momento, da portaria de nomeação
65 para as respectivas câmaras e comissões. Ela enfatizou que é necessário que todos estejam
66 localizados, conforme o regimento. Recordou o Art. 12 §3º do regimento interno, sendo
67 responsabilidade do presidente nomear os conselheiros para as Câmaras e Comissões,
68 consultando-os previamente. Maria Ieda Nogueira prosseguiu, esclarecendo que estão em processo
69 duas resoluções, e não pareceres. Elogiou as câmaras pelo progresso significativo evidenciado pela
70 minuta e reiterou que uma resolução é discutida, ampliada e modificada na própria câmara. Quanto
71 ao procedimento subsequente à resolução, após ser aprovada nas respectivas câmaras, será
72 encaminhada à comissão de legislação e normas. Ieda explicou que uma resolução é um documento
73 que estabelece os princípios norteadores para a elaboração de um parecer. Ao contrário do parecer,
74 a resolução percorre um caminho mais extenso, sendo aprovada pela maioria na câmara e requer a
75 participação ativa de todos os membros. A conselheira Aiza Arôxa Fernandes questiona sobre o
76 procedimento para encaminhar a matéria ao presidente da Câmara de Legislação e Normas. Pois, no
77 mesmo dia, acontecerá a reunião para deliberar sobre a minuta na Câmara de Ensino Fundamental,
78 considerando que já foi distribuída a todos os membros para análise. Maria Ieda Nogueira responde
79 que o encaminhamento ocorre por meio de uma Comunicação Interna (CI). Após aprovação na
80 Câmara de Legislação e Normas, a matéria é discutida em plenário e acrescenta que a decisão final
81 depende da publicação da portaria de nomeação. Quando a Câmara de Legislação e Normas, que
82 atua conforme necessário, recebe a minuta das resoluções, agenda-se uma reunião com o objetivo
83 de apreciá-la. Se aprovada, a matéria segue para votação em plenário. Posteriormente, a conselheira
84 Aiza Arôxa Fernandes, como presidente da Câmara do Ensino Fundamental, destaca o trabalho
85 conjunto com as relatoras Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos e Noêmia Epifânio da Silva, que
86 elaboraram a minuta da resolução. Foi compartilhado entre os conselheiros para que pudessem
87 avaliar e tomar uma decisão ainda hoje, caso a portaria de nomeação já estivesse disponível. A
88 conselheira Maria Ieda Nogueira manifestou interesse em participar da análise da minuta antes de
89 sua submissão à câmara de legislação e normas. Logo após, Aiza Arôxa Fernandes apresentou uma
90 dúvida sobre a necessidade de criar uma resolução específica para a educação de jovens e adultos,
91 bem como para a educação especial. A conselheira Ieda sugeriu que a educação especial fosse
92 abordada dentro da resolução do Ensino Fundamental, enquanto uma resolução separada poderia
93 ser criada para a educação de jovens e adultos, conforme previamente já havia sido discutido na

94 própria câmara, e destacou a importância de futuramente se debater sobre a acessibilidade nas
95 escolas. Em seguida, tanto a conselheira Aiza Arôxa Fernandes como a presidente Ana Paula
96 Siqueira Gouveia dos Santos mencionaram a dificuldade em aprofundar-se na educação especial
97 devido à ausência de uma lei específica, e comprometam-se a articular com Júlio Antão Venâncio
98 Filho para melhor desenvolver sobre a Educação Especial dentro da resolução de Ensino
99 Fundamental. Por fim, Aiza Arôxa Fernandes relatou avanços na oferta de vagas, inclusive para
100 crianças de três anos, que corresponde ao quarto ano na creche atualmente. Ela também destacou a
101 abertura de novos espaços, como ocorreu na Escola Imaculada Conceição, com o objetivo de criar
102 mais um quinto ano e um quarto ano de creche, e também mencionou algumas dificuldades
103 enfrentadas, possivelmente afins a de outros departamentos. O que inclui números de telefone
104 desatualizados ou que não funcionam, dificultando o contato à lista de espera. Em resumo, Aiza
105 Arôxa Fernandes se mostra empenhada em ampliar o atendimento, considerando um universo de
106 9.819 estudantes matriculados na rede e uma lista de espera com pouco mais de 300 alunos,
107 geralmente na faixa etária da creche. Logo após, o conselheiro Sebastião observa que, atualmente, a
108 Coordenadoria de Saúde Mental de Camaragibe não possui um projeto específico ou, caso exista,
109 não está sendo implementado na Secretaria de Educação para preparar os profissionais que lidam
110 com estudantes com necessidades específicas e complementa que amanhã, dia 16 de maio de
111 2024, ele se reunirá com o conselho para discutir como solicitar, se for viável ao Ministério Público,
112 uma capacitação intermediada pela Coordenadoria de Saúde Mental para os profissionais da
113 educação em geral. A conselheira Aiza Arôxa Fernandes ressalta que o problema vai muito além pois
114 já existe a formação. Na universidade, os futuros professores se preparam para a sala de aula, mas a
115 realidade enfrentada é frequentemente muito diferente. Eles acabam desempenhando papéis
116 diversos, mas nem sempre só o de professor. E ainda mais, existem situações em que as mães não
117 reconhecem ou não buscam ajuda para as necessidades específicas de seus filhos. Algumas não
118 fornecem informações à escola ou não administram os medicamentos necessários, o que acaba
119 afetando o desempenho dos professores. Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos observa que a
120 situação é delicada e, embora as mães estejam cientes de seus direitos, muitas vezes desconhecem
121 seus deveres. Felizmente, os profissionais que trabalham com crianças com necessidades
122 específicas têm formação adequada e que essas situações recorrentes vão além da sala de aula. Ela
123 usa como exemplo, uma escola, que há turmas com pelo menos quatro estudantes com CIDs
124 agressivos. Os estagiários frequentemente enfrentam dificuldades e pedem para sair. Em uma sala
125 com 32 estudantes, onde seis têm necessidades específicas, demanda tempo e esforço para se
126 fazer um trabalho com a turma e as outras mães também reivindicam seus direitos, deixando os
127 próprios professores, a gestão escolar e a secretaria de educação em uma posição delicada, sem o
128 preparo e estrutura adequado para realizar esse trabalho. A conselheira Noêmia Epifânio da Silva,
129 referindo-se à fala de Ana Paula, expressa sua preocupação com a saúde mental dos professores.
130 Ela fala que muitos deles fazem uso de medicamentos controlados, e o número de casos de
131 problemas psicológicos é alarmante. A pressão enfrentada pelos professores é intensa, pois além
132 dos estudantes com necessidades específicas, elas também têm a responsabilidade de alfabetizar
133 os demais estudantes. É preocupante que muitos estudantes chegam ao quinto ano sem estar
134 plenamente alfabetizados e sem uma base familiar sólida. Os professores estão enfrentando
135 frequentes situações difíceis, e o aumento no número de denúncias ao Ministério Público reflete
136 essa realidade. A conselheira Lígia Ramos de Morses indagou sobre o procedimento de distribuição
137 das matrículas entre as turmas. Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos explicou que, inicialmente,
138 durante a matrícula, as vagas são preenchidas conforme a chegada dos pais e não podem ser
139 negadas. Se houver um número específico de vagas disponíveis em uma turma no período da tarde e
140 o mesmo número de crianças com necessidades específicas se inscreverem, elas serão alocadas

141 nessa turma. Muitas vezes não ocorre uma distribuição porque existe apenas uma turma disponível,
142 e dividir as crianças em duas turmas poderia gerar questionamentos por parte dos pais. Aiza Arôxa
143 Fernandes acrescentou que há também estudantes sem laudo médico ou cujos pais não informam
144 que são inclusos para garantir a vaga. Lígia Ramos de Morses perguntou se ainda ocorre a redução
145 de vagas. Em resposta, Aiza Arôxa Fernandes fala que tal prática não é mais permitida, pois todos os
146 estudantes devem ser tratados igualmente. Por fim, informa que a próxima turma a ser formada será
147 na Escola Carmela Orrico, uma turma do quinto ano da Educação Infantil. Nada mais havendo a
148 tratar, a Presidenta, Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos, encerrou a reunião às quinze horas e
149 cinquenta minutos. E, para constar, eu, Geonice Rafaela da Silva Ramos, Secretária, lavrei a presente
150 ata, que, após aprovada, será assinada por mim e pela Presidenta, bem como por todos os
151 conselheiros presentes.